

VLT deve começar a operar em 2019

YURI ABREU
REPÓRTER

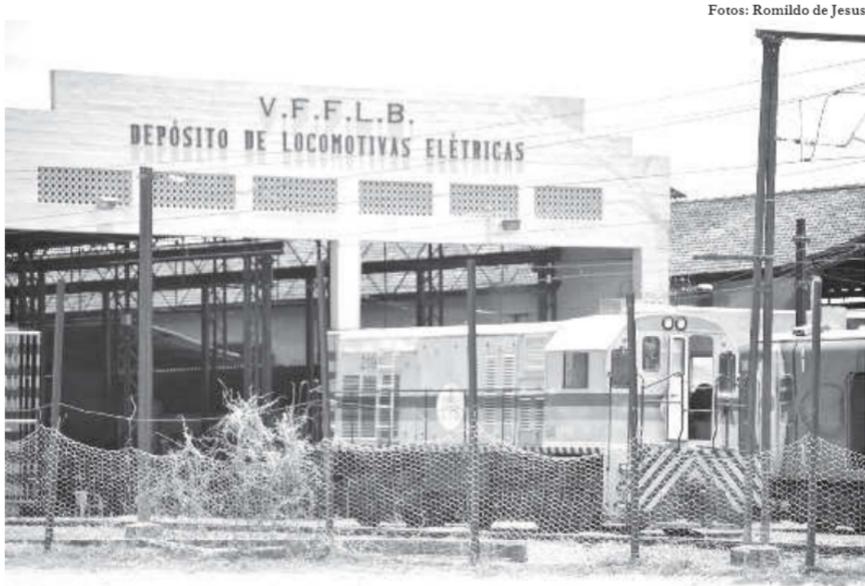
O que era expectativa está cada vez mais próximo de se tornar realidade principalmente para os moradores do Subúrbio de Salvador que sofrem, há anos, com a estrutura do sistema de transporte por trens. Na manhã de ontem, foi publicado no Diário Oficial do Estado, o aviso de licitação para a implantação e operação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), que vai ligar a região de São Luiz, em Paripe, até o bairro do Comércio.

O sistema de transporte vai funcionar através de uma Parceria Público-Privada (PPP) e a sessão pública de abertura das propostas interessadas deve ocorrer no dia de 30 de junho, na Bolsa de Valores de São Paulo. Segundo a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (Sedur), a empresa vencedora deve ser conhecida até a primeira quinzena do mês de junho. As obras devem ter início em até 90 dias após a assinatura do contrato da parceria, enquanto o prazo de conclusão das intervenções é de 24 meses. O valor estimado dos investimentos é de R\$ 1,5 bilhão.

Antes deste processo foi realizada, segundo a Casa Civil do Governo do Estado, outra concorrência pública, mas para a escolha da empresa financiadora do projeto, em condições estabelecidas pela Empresa Baiana de Ativos (Bahaiinveste). O banco financiador selecionado, através de um chamamento, foi o banco inglês Indico PLC, que firmou o compromisso de financiar todo projeto do modal.

Se tudo transcorrer como esperado, a capital baiana deverá ter, em 2019, mais um sistema de transporte para atender à população. Ao todo, serão quase 19 quilômetros de extensão e 21 paradas. Em duas estações, Calçada e Paripe, haverá um pátio de manutenção para os trens. Também na Calçada será instalado um centro de controle que vai operar em tempo real.

O modal será formado por 20 composições de tração elétrica, capaz de levar mais de 600 passageiros em cada uma. Cerca de 1,5 milhão de pessoas, moradoras do Subúrbio Ferroviário, devem se beneficiar com o VLT, sendo 1000 mil por dia. Além disso, mais de quatro mil empregos devem ser gerados. Segundo Márcio Tourinho, Diretor de Projetos e Programas da Superinten-



Fotos: Romildo de Jesus

SISTEMA
Terá 19 quilômetros de extensão que vai ligar região de Paripe ao Comércio



INVESTIMENTO
Está estimado em R\$ 1,5 bilhão com prazo de conclusão em 24 meses

dência de Mobilidade (Sumob), ligado à Sedur, a empresa vencedora será responsável pela construção e operação do sistema VLT, por um prazo de 20 anos. "Isso se dará por meio de uma concessão patrocinada", disse.

De acordo com o Governo do Estado, as obras estão divididas em duas fases: a primeira, entre o Comércio e Plataforma, tem aproximadamente 9,4 quilômetros e a segunda, entre Plataforma e São Luiz, com nove quilômetros. Após entrar em operação, a expectativa é a de que todo o percurso seja feito, de uma ponta a outra, em 40 minutos. Ainda de acordo com o projeto, o VLT estará integrado as linhas 1 e 2 do

metrô e aos roteiros do BRT (Transporte Rápido por Ônibus) metropolitano, a ser implantado na Linha Vermelha, cujas obras estão em andamento.

"A implantação do VLT caracteriza a prioridade que o Governo da Bahia tem com a população do Subúrbio de Salvador. Vamos dar mais dignidade, qualidade de vida aos moradores da região, diminuindo o tempo de locomoção, oferecendo um sistema de qualidade, com conforto e segurança", afirmou o secretário Bruno Dauster, da Casa Civil.

Ainda de acordo com a gestão estadual, atualmente, a malha ferroviária que liga Paripe à Calçada é de 13,6 quilômetros e o trajeto

leva pouco mais de uma hora, se feito de ônibus. As atuais 10 estações serão desativadas e reaproveitadas para prestação de outros serviços à comunidade, como postos da Polícia Militar e centros de atendimento. Os equipamentos não serão utilizados para o VLT por causa das diferenças entre os modais.

De acordo com Tourinho, a qualificação e as exigências estão contidas no contrato anexo ao edital que será publicado nesta quinta-feira, no site da Sedur: www.sedur.ba.gov.br. Os interessados também podem ter acesso ao conteúdo diretamente, também a partir de hoje, das 9h às 17h, na Sumob.

GREVE

Correios não consegue entrar em acordo com os sindicatos

A direção dos Correios tentou, na manhã desta quarta-feira (3), um acordo com as representações sindicais dos trabalhadores para encerrar a paralisação parcial iniciada às 22h do dia 26 de abril. A empresa já havia apresentado uma proposta no dia 1º de maio, fruto de intensa negociação com as federações representantes dos trabalhadores.

Na reunião desta quarta-feira, o presidente dos Correios, Guilherme Campos, informou que uma nova proposta só poderia ser implementada caso houvesse envolvimento de todas as partes: "Até o momento, somente a empresa tem feito novas propostas. Uma nova proposição deverá ser construída a quatro mãos, com a participação de todos, empresa e sindicatos", afirmou o dirigente.

"Nós não queremos entrar em conflito com os trabalhadores, em hipótese alguma. Estamos buscando alternativas para sair dessa situação, e tudo que pode ser realizado nas esferas gerencial e administrativa está sendo feito. Entretanto, não assumiremos compromissos que não podem ser cumpridos", complementou.

Nos últimos dois anos, a empresa Correios apresentou prejuízos que somam, aproximadamente, R\$ 4 bilhões, sendo que 65% desse total correspondem a despesas de pessoal. Até o momento, a paralisação, ainda que parcial, acarreta um potencial de perda de aproximadamente R\$ 6,5 milhões, por dia, aos cofres da estatal.

CAIXA MINISTÉRIO DA FAZENDA

AVISO DE VENDA

Edital de Licitação Pública nº 0029/2017 - 1º Leilão - SFI - CPA/SA

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, por meio da Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/SA, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontrar(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, discriminados no Anexo II do Edital. O Edital de Licitação Pública - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados, no período de 05/05/2017 até 15/05/2017 em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas na Bahia, na Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GILIE/SA, situada Rua Ivonne Silveira, 248, Edif. Empresarial 2 de Julho - 17º andar, Doron (Paralela), Salvador-BA, no horário das 10:00 às 18:00 horas e no escritório do Leiloeiro Joseceli Klidare Fraga Gomes, situado na Avenida Tancredi Neves, nº 620, Ed. Empresarial Mundo Plaza - Sala 612, Caminho das Árvoreas, no horário das 08:00 às 18:00 horas (Site: www.leiloes.com.br). O Edital estará disponível também no site: www.caixa.gov.br. Os interessados que desejarem contar com financiamento ou utilizar recursos do FGTS, deverão dirigir-se às Agências da CAIXA, em tempo hábil para entrar em contato com as condições gerais. O Leilão realizar-se-á no dia 18/05/2017, às 10:00 horas, na Avenida Tancredi Neves, nº 620, Ed. Empresarial Mundo Plaza - Sala 612, Caminho das Árvoreas, Salvador-Ba: (71) 3327-2999 / (71) 98211-2013, com apresentação de lances na modalidade presencial e internet. A divulgação do resultado oficial do leilão será efetuada a partir do dia 18/05/2017 nos mesmos locais onde foi divulgado o Edital de Condições Básicas.

CARO GESTOR(A),

FORÇAS POLÍTICAS SE ALIAM AO EGBA. O IMPERIO ATACA NOVAMENTE.

O IMAP foi criado para fomentar a prática do desenvolvimento institucional municipal, através de pesquisa, da inovação tecnológica, da capacitação de servidores públicos e de transparência, desde o ano de 2002, com o objetivo de fazer respeitar a autonomia e autoexecução de atos administrativos dos municípios. A fim de fazer valer essa bandeira a favor dos municípios, o IMAP enfrentou vários interesses de instituições que não buscavam o fortalecimento da musculatura municipal, mas apenas a exploração do mercado de publicidade legal.

Ao longo desses anos, dentre outras atividades que beneficiaram as prefeituras e câmaras municipais, o IMAP de forma gratuita capacitou mais de 5.795 servidores em cursos presenciais e ofertou nos últimos três anos mais de 8.105 atendimentos e consultorias técnicas a distância. Com o uso do sistema SAI - Sistema de Acesso à Informação foram publicados mais de 290.000 Edições do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios, contra as quais, no primeiro trimestre de 2017, já atingiram mais de 4.662.325 visualizações em todo o país.

O IMAP editou e distribuiu gratuitamente, de forma física e eletrônica, uma edição do livro Guia de Transição do Governo Municipal e duas edições do Livro Eleições Municipais acompanhado de Seminários Regionais em 2016, sendo o último em parceria com a Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia, alcançando 1.038 pessoas na forma presencial, 4.000 via web, contribuindo para o debate e aperfeiçoamento das eleições municipais.

A fim de cumprir suas atividades, o IMAP não possui termos de parcerias, convênios ou similares com entes federados, se mantendo exclusivamente com a remuneração de sua prestação de serviços com cessação de uso dos softwares que ele próprio desenvolveu com inovação tecnológica relevante. O IMAP também não defende nenhuma bandeira ou partido político, pois se norteia pelo princípio do apoliticismo, não tem apadrinhamentos políticos nem financia campanha. Entretanto, infelizmente, essa forma de trabalhar não agrada a todos. Recentemente, o IMAP tomou conhecimento, de forma extra oficial, de que há uma verdadeira campanha para desqualificar as suas atividades e dos demais institutos que prestam serviços na área pública municipal, visando a situação soberana do mesmo império de outora.

Desejando retornar o monopólio da publicidade legal junto aos Municípios, a EGBA veiculou comunicado no suposto "Diário Oficial Municipal", informando que empresas, agências ou institutos não seriam mais credenciados, para intermediar serviços com os municípios e câmaras. Numa verdadeira violação ao princípio da autonomia municipal, vez que o Estado não pode criar Diário Oficial para os Municípios, em face do disposto no art. 6º, XIII, da Lei 8.666/93, a EGBA interrompeu a relação contratual celebrada entre os Municípios e o IMAP, sem qualquer comunicação prévia, de forma abrupta, com o objetivo de obrigar os municípios, doravante, a contratarem diretamente os produtos da Empresa Gráfica da Bahia, sob o argumento de maior vantagem econômica.

O ato de vedação para que o IMAP, ou qualquer outro prestador de serviço, devidamente autorizado pelo Município, promova em seu nome a publicação de seus atos, além de gerar consequências diretas na execução dos contratos celebrados, demonstra o seu desespero, de forma ilegal, de invalidar os atos de delegação dos municípios ao IMAP, para refazer-los diretamente com a EGBA.

Trata-se, a toda prova, de ato abusivo para a imposição de sua vontade e de seus serviços aos municípios, que deixaram de fazer diretamente, por questões de conveniência e de oportunidade. Com efeito, a imposição pela EGBA aos municípios para que a contratação de forma direta, com fundamento no art. 24, VIII e XVI, da Lei 8.666/93 ou mesmo através de intermediariedade, constitui uma forma ilícita de aquisição de contratos, porque, assim, extrai a livre concorrência e regula o mercado ao seu livre arbítrio, além de violar o direito à discricionariedade do gestor, para optar entre a contratação direta ou a realização da licitação.

Para que fique mais claro aos gestores, esta IMPOSIÇÃO DA EGBA pela contratação direta, inclusive do Diário Próprio, contamina o futuro procedimento da contratação ou da dispensa com ela própria, pois afasta de plano a livre concorrência dos prestadores de serviços e viola o art. 89 da Lei de Licitações porquanto direciona a contratação, afastando a terceirização do serviço por parte dos municípios. Em outras palavras, a mensagem da EGBA "municípios, vocês só poderão publicar no Diário do Estado através dos meus serviços, estão impedidos de escolherem a contratação de terceiros de acordo com a sua conveniência". Método reprovaado pelo Direito, acontecendo em pleno século XXI, na nossa Bahia, resgatando assim, o precedente da célebre frase do ex-governador João Mangabeira: "pense num absurdo, a Bahia tem precedente".

É importante ressaltar que a nossa insurgência não tem relação com a oferta de produtos da empresa pública aos municípios do Estado da Bahia, vez que está no seu legítimo interesse, mas sim em relação a forma repositiva e predatória com a qual tem buscado eliminar os demais prestadores de serviço da administração pública.

Ademais, gestores, o que o IMAP oferece vai além de uma solução de publicidade legal de atos, isso foi o que pioneiramente oferecemos há 15 anos atrás, contribuindo com a economicidade e autonomia dos municípios da Bahia com uma solução de acesso à informação pública que só foi exigida em Lei 11 anos depois (Lei 12.527/11). O que nós buscamos junto aos nossos municípios parceiros é o cumprimento integral da Lei de Transparência, que envolve uma solução completa de portal com os requisitos de acessibilidade e usabilidade, e-SIC, Ouvidoria e capacitação contínua dos servidores e gestores, a fim de alertá-los sobre a importância da transparência no cenário democrático do nosso país.

Apenas nos últimos dois anos, o IMAP recebeu centenas de servidores para orientá-los presencialmente sobre o abastecimento dos seus portais de acordo com as exigências de transparência ativa através do nosso Núcleo de Transparência. O resultado desse trabalho fez com que os municípios que utilizam a ferramenta SAI - Sistema de Acesso à Informação recebessem em 2016 nota 10 no Ranking da Transparência, a exemplo de Barra dos Coqueiros-SE e Itabuna-BA que alcançou 3º Lugar na Escala Brasil Transparente da CGU - Controladoria Geral da União. Um trabalho personalizado e minucioso que representa a força da nossa missão institucional, que nada tem a ver com interesses políticos, partidários ou de domínio de mercado.

Em face disso, visando a preservar a imagem do IMAP, o princípio da segurança jurídica, autonomia municipal e da livre iniciativa, bem como, a de evitar prejuízo aos municípios clientes, por descumprimento contratual, por ato superveniente a nossa contratação, notificamos a EGBA, para reconsiderar a sua decisão, com pedido de urgência, para assim proceder em 24 horas.

Posto isso, continuaremos lutando pela autonomia e independência dos municípios, especialmente pelo seu direito de escolha, na forma da lei, para execução dos serviços que admitem a terceirização, beneficiando a sociedade e a livre iniciativa econômica com a pluralidade de fornecedores aos municípios.

Finalmente, para evitar desconformidade dos atos da Administração Pública, informamos que o gestor poderá, se assim entender, encaminhá-los ao Diário Oficial do União em substituição ao DOE, pois aquele tem abrangência nacional, a mais barato e atinge a finalidade da divulgação dos atos, ao tempo em que registramos nossa indignação pelo ato ditatorial de EGBA.

Demais informações - www.imap.org.br

Atenciosamente,

INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
JOSÉ REIS ABOREDEIRA DE OLIVEIRA
Conselheiro-Presidente

PLANEJAMENTO

Concessionária pretende modernizar aeroporto

Executivos da Vinci Airports - empresa concessionária que, a partir de julho, vai administrar o Aeroporto Internacional de Salvador - reuniram-se com o secretário do Turismo da Bahia, José Alves, e representantes das secretarias estaduais de Infraestrutura e do Desenvolvimento Econômico para iniciar o planejamento de ações de modernização do equipamento.

Realizada na sede da Secretaria do Turismo, nesta quarta-feira (dia 03), a reunião permitiu a definição de uma agenda prioritária, que indica a importância da captação de novos voos nacionais e internacionais, dentre outros itens.

"A Vinci e o Governo da Bahia farão esforços para incrementar o movimento no aeroporto", afirmou o secretário José Alves. "A concessionária chega à Bahia com o know-how de quem atua em 35 grandes aeroportos, em seis países, com um movimento de 132 milhões de passageiros/ano", acrescentou.

Outra necessidade identificada durante a reunião é o governo estadual e a Vinci trabalharem para fortalecer ou criar novas rotas que ampliem o acesso de países da América Latina, Europa e América do Norte à Bahia. "Há a possibilidade de atrair voos da Ásia também, já que a Vinci opera aeroportos no Japão", disse o secretário.



REUNIÃO
Realizada ontem permitiu definir agenda que indica prioridade em novos voos

Além do país asiático, a empresa atua em aeroportos na França, Portugal, Chile, República Dominicana e Camboja.

A melhoria física do aeroporto, planejada pela Vinci, inclui a instalação de seis novas *fingers* (pontes de embarque) e a criação da segunda pista de pouso, que ampliará a capacidade de

recebimento de voos.

Haverá também investimentos na melhoria do serviço de atendimento aos passageiros. "O aeroporto é um equipamento estratégico para as metas de desenvolvimento do turismo baiano estabelecidas pelo governador Rui Costa", assinalou o secretário.

Participaram da reunião

o diretor de marketing da Vinci, Pierre Grosmaire, o gerente de projetos, Álvaro Leite, e o gerente Guilherm Vecten; os chefes de gabinete Benedito Braga (Turismo) e Ivan Barbosa (Infraestrutura) e o superintendente de estudos e políticas públicas, Reinaldo Sampaio, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.